

Direito

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Natalia Godoi - 8º módulo de Direito, UFLA, iniciação científica voluntária

Gabriela Cristina Braga Navarro - Orientadora do Departamento de Direito, UFLA - Orientador(a)

Resumo

Foi possível, na Corte Constitucional da Colômbia, em que chegam milhões de expedientes por dia, reduzir o tempo destinado a seleção de casos urgentes de 96 dias para dois minutos a partir da técnica de machine learning. Prometea, o nome da Inteligência Artificial criada na Argentina no âmbito do Ministério Público Fiscal da Cidade de Buenos Aires, lê, analisa, detecta e sugere em poucos segundos os casos prioritários na matéria de saúde. A taxa registrada com esse caso foi a de aumento de 937% na eficiência dos serviços. Mas, e no Brasil, como os pesquisadores do Direito administrativo têm enfrentado as questões éticas e práticas da aplicação da inteligência artificial pela administração pública? A inteligência artificial já vem ocupando espaço em agendas de governo por todo o globo, e já tem aplicações práticas no cenário nacional. Considera-se de exímia necessidade, portanto, a análise de como essa implementação tecnológica está sendo feita. Os esforços científicos caminham ainda no sentido da justificação principiológica ao invés do foco no entendimento aprofundado dos problemas e na análise fática desse tema, e, por isso, pouco se avança em na busca por melhores aplicações de ferramentas digitais na área do direito administrativo brasileiro. Atualmente não existe legislação ou doutrina pacificada acerca do tema, nem decisões judiciais acerca do estudo da utilização desse tipo de ferramenta no ordenamento. Assim, será analisada, a literatura científica sobre o tema que vem sendo construída no âmbito do Direito Administrativo. Para a pesquisa das fontes, foram utilizadas palavras chave como “inteligência artificial”, “IA”, “digitalização”, “inovação” e “efetividade” em artigos e livros que fossem relacionados ao Direito Administrativo brasileiro. A metodologia é de revisão bibliográfica e o método de análise do conteúdo é qualitativo. Busca-se compilar as possíveis definições de IA, assim como a bibliografia que identifica seus problemas e suas potencialidades no uso no geral e no Direito Administrativo e, para isso, será descrita a bibliografia que debate a digitalização. Assim, será feita uma análise com o intuito de entender como está se desenvolvendo a discussão acerca do tema na literatura científica administrativa. Pretende-se estudar também as experiências fáticas da aplicação da IA no Direito Administrativo brasileiro, em especial os robôs de licitação do Tribunal de Contas da União (TCU) e o Victor do Supremo Tribunal Federal (STJ).

Palavras-Chave: inteligência artificial, digitalização, tecnologia.

Link do pitch: <https://www.youtube.com/watch?v=MLdkNL-gdyM>